



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. BRÁS DE ALPORTEL

DRHA-EXP12OUT2012*3630

Assembleia da República
DRHA-Expediente
Nº único 445069

Exmº. Senhor

Presidente da Unidade Técnica para a
Reorganização Administrativa do
Território
Palácio de S. Bento
1249-068 Lisboa

Ofº. Nº. 34 Data 2012.10.08

ASSUNTO : Reorganização Administrativa do Território

Por este meio, damos conhecimento a V. Exª. da tomada de posição desta Assembleia Municipal, sobre o assunto em epígrafe e que surgiu na sequência de uma moção apresentada pela bancada da CDU a qual foi aprovada por maioria com 11 votos a favor e 3 contra. Para um melhor esclarecimento junto envio cópia de parte da ata da referida sessão onde este assunto foi debatido.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

José do Carmo Correia Martins



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. BRÁS DE ALPORTEL

ACTA N.º1/2012

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA
NO DIA VINTE E OITO DE FEVEREIRO
DE DOIS MIL E DOZE.**

-----Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e doze, na sala de sessões do Edifício dos Paços do Município realizou-se a primeira sessão ordinária, previamente convocada e que contou com a presença dos seguintes elementos:-----

-----José do Carmo Correia Martins, Ulisses Saturnino Duarte de Brito é substituído por Luís Filipe Viegas da Graça, o qual não compareceu, José Natalino Gonçalves; Ivo Manuel dos Santos Tomé, Raquel Gonçalves Neto Alves, Sónia Costa do Rosário, Lina Maria Gonçalves Gago Sequeira, Francisco Bettencourt Keil Amaral, José Manuel da Costa Dantas, Henrique José Machado Nicolau, Tânia Sofia da Conceição Pires Revés, Norberto Miguel Brito Lopes de Jesus, António Domingos Cerdeira Leitão Pires, Paulo Viegas Guerreiro e David José Ventura Gonçalves. -----

-----Faltou o elemento João Manuel Rodrigues Guerreiro Grenhas. -----

-----Estavam ainda presentes os Vereadores Vítor Manuel Martins Guerreiro, Marlene de Sousa Guerreiro, Tomás Manuel Gomes da Costa Nunes e Acácio José Madeira Martins. -----

-----Verificada a existência de quórum o Presidente da mesa abriu a sessão com a leitura do edital que a originou bem como a correspondência recebida tendo destacado um ofício da Assembleia Municipal de Aljezur contendo reflexões sobre o documento verde da Administração Pública; um ofício do elemento Judite Gil Gonçalves Neves informando que por motivos pessoais cessa funções na Assembleia Municipal; ofícios da Câmara Municipal remetendo os documentos que deram origem à ordem de trabalhos desta Assembleia; ofício do ACES Central

alternativa ficando assim a sobrar alguma verba dando a possibilidade de requalificar algumas curvas, continuando em estudo a questão do desvio do trânsito no sítio dos Machados. -----

-----Ivo Tomé disse que toda a gente sabe que a situação financeira não é a melhor e como tal não é propícia a grandes investimentos, no entanto, da explicação que foi dada não ficou a saber qual a alternativa que é proposta em relação ao trânsito nos Machados. -----

-----Respondendo o Presidente da Câmara disse que supõe que se trata do mesmo traçado, apanhando a via existente, tentando fazer uma circular nos Machados com o perfil da atual estrada porque se torna impossível fazer o alargamento da existente dado tratar-se de um espaço sinuoso. -----

-----Disse que fez sentir ao Senhor Secretário de Estado o quão penoso seria não levar por diante este projeto que tem sido uma luta constante há mais de catorze anos e de extrema importância para o concelho. -----

-----Norberto Jesus disse que pelo que se verifica o projeto para norte está quase que “abandonado” parecendo-lhe que a única coisa que está em estado avançado é a questão das expropriações, porque há já pessoas que têm os processos concluídos com registos efetuados, pelo que gostaria de saber mais pormenores. ----

-----O Presidente da Câmara referiu que uma das propriedades sinalizadas pertence ao seu pai que fora já contactado pela empresa para marcar o terreno, não havendo posteriormente mais contatos. -----

-----Francisco Keil Amaral referindo-se ao documento verde da administração local e à reforma administrativa apresentou uma moção, referindo que a CDU está contra os princípios que estão subjacentes ao documento que vai ser levado à Assembleia da República e, se por um lado S. Brás pode descansar pelo fato de nada se alterar com a reforma administrativa, não pode deixar de “criticar” o que se irá passar pelo país, daí tomar a posição que a seguir se transcreve: -----

-----“Considerando que:-----

-----No passado dia 2 de Fevereiro foi aprovada em Conselho de Ministros a **Proposta de Lei de Reorganização Administrativa Territorial Autárquica**. Esta decorre do processo de implantação do Documento Verde da Reforma da Administração Local, que enferma de uma carência de diálogo e de procura de consensos, em matéria tão vital para a democracia nacional, como seja o Poder

Local.-----
-----A recente proposta do Governo mantém o objetivo de eliminar cerca de 1/3 das freguesias, não por qualquer necessidade objetiva ou permanente, mas alegadamente para satisfazer os compromissos assumidos com o Memorando de Entendimento. Para o efeito, define novos parâmetros, pelos quais todas as freguesias, e não apenas as previstas no Documento Verde, passam a integrar um universo a extinguir, de 50 a 55% na malha urbana e de 25 a 35% no meio rural. São exceção apenas os municípios com três ou menos freguesias.-----

-----O Governo fixa assim, imperativamente, quotas de extinção de freguesias de cumprimento obrigatório, às quais se teriam de submeter os “pronunciamentos” das Assembleias Municipais e os “pareceres” das Assembleias de Freguesia. Está escrito que se as decisões não forem conformes os parâmetros definidos, ou não haja pronúncia, então a Unidade Técnica a criar no âmbito da Assembleia da República seguirá os procedimentos necessários para que as extinções ocorram. Estamos na presença de um procedimento de pseudo-democracia nunca antes visto. -----

-----A extinção de freguesias não reforça a coesão nacional. Os tão falados ganhos de eficiência e de escala na verdade diminuem a proximidade e a relação com as populações e conseqüentemente a qualidade da resposta aos problemas locais, o que não melhora em nada a qualidade de vida das populações e a qualidade dos serviços públicos!-----

-----Está em causa o Poder Local com a natureza e a configuração que o tornaram numa das mais importantes e perenes conquistas do 25 de Abril. Está em causa a democracia de proximidade, estão em causa direitos cívicos e humanos que a todos nós cabe a responsabilidade de defender. -----

-----A Assembleia Municipal de São Brás de Alportel, reunida em 28.02.2012, delibera: -----

-----1)Rejeitar a proposta de Lei nº. 44/XII, por, na sua substância, impor a agregação de Freguesias com caráter obrigatório, segundo o critério da aplicação de percentagens; -----

-----2)Endereçar o seu voto de solidariedade para com os restantes municípios da região do País, na perspetiva da necessidade de existência de um forte e coeso movimento de apoio à democracia e aos valores que a sustentam; -----

-----3)Apelar à Assembleia da República e ao Governo que promovam um efetivo processo de diálogo com as autarquias e seus órgãos representativos;-----

-----4)Enviar esta moção para: Presidência do Conselho de Ministros, Presidência da Republica, Assembleia da Republica, Assembleias Municipais da região e a todos os órgãos da comunicação social regionais”.-----

-----Ivo Tomé disse que a bancada do PSD é totalmente contra a moção apresentada, no entanto depois da votação irá tecer mais alguns considerandos em declaração de voto.-----

-----António Pires disse que a moção tem algum fundamento. Disse que há direitos adquiridos e serviços prestados pelas juntas de freguesia que mais ninguém presta, nomeadamente nas zonas onde se verifica maior desertificação.-----

-----Acrescentou que embora o parecer da Assembleia Municipal não seja vinculativo não vê qualquer inconveniente em subscrever esta moção.-----

-----David Gonçalves, disse que, como Presidente da Junta de Freguesia de S. Brás de Alportel não pode deixar de votar favoravelmente esta moção, independentemente de qual for a intenção de voto da sua bancada.-----

-----Recordando, o Presidente da mesa disse que inicialmente o memorando de entendimento referia-se também à fusão de municípios, no entanto compreende que é mais fácil extinguir freguesias que já perderem alguns dos seus serviços como centros de saúde, escolas, correios, etc do que “mexer” noutras coisas.-----

-----Disse que não consegue perceber o sentido das freguesias urbanas, no entanto faz todo o sentido a existência de freguesias rurais, porque enquanto a população da freguesia urbana, para além de englobar várias faixas etárias e tem mais meios ao dispor, a freguesia rural, normalmente, é envelhecida, não tem muitos meios para se deslocar e é na junta de freguesia que lhe são prestados os apoios que, na maioria das vezes extravasa todas as competências, como sejam a nível de saúde, ação social e outras.-----

-----Norberto Jesus disse que a proposta apresentada pelo Governo não pretende extinguir freguesias rurais, se se analisar por exemplo a zona do algarve, verifica-se a extinção de uma freguesia em Loulé, uma em Faro, uma em Olhão, uma em Lagos e uma em Tavira, fazendo-se uma fusão com vista à racionalização de verbas.-----

-----O Presidente da mesa voltou a referir as vantagens em ter as freguesias rurais, não tendo a mesma opinião em relação às urbanas que, por vezes são na mesma

rua onde existe outra ou até a própria Câmara. Teceu vários considerandos que ilustram perfeitamente o seu ponto de vista em relação a este assunto. -----

-----Criticou o fato dos sucessivos governos não terem criado incentivos às zonas de interior contribuindo para a sua desertificação e conseqüentemente o encerramento de serviços onde, cada vez mais a Junta continua a desempenhar um papel primordial. -----

-----Usando da palavra Ivo Tomé disse que temos em S. Brás núcleos rurais, que embora estejam distantes da sede do concelho, têm alguma qualidade de vida, estranhando por isso que o presidente da mesa não tenha defendido antes a construção da sede da Junta de Freguesia num desses locais como por exemplo a Cabeça do Velho.-----

-----Norberto Jesus disse que a bancada do PSD irá votar contra a moção, no entanto defende o apoio ao interior, zonas rurais e convergência de níveis de vida entre a população de interior e litoral, só que não se pode ficar eternamente agarrado a uma divisão administrativa que não faz qualquer sentido.-----

-----David Gonçalves mostrou-se bastante chocado com as afirmações proferidas por alguns elementos. Acrescentou que é um filho do povo, de gente humilde e o que o levou até hoje a ser presidente da junta é o fato de defender valores que, provavelmente, alguns destes elementos não tem honestidade nem frontalidade de o fazer. -----

-----Acrescentou que a Junta está construída no centro da Vila como poderia estar noutro sítio qualquer, incluindo a Cabeça do Velho, como foi referido, porque, o seu presidente faria o mesmo papel, porque as pessoas são iguais em qualquer parte do mundo.-----

-----Outra das coisas que referiu como uma “afronta” é o fato da identidade de uma freguesia que desaparece sendo frustrante para qualquer presidente extinguir o seu Braço. -----

-----Finalizando disse que está ao lado de todos os colegas presidentes de junta pra defender aquilo em que acredita e não aquilo que lhes querem impor.-----

-----Ivo Tomé disse que a sua intervenção em nada serviu para atacar a honestidade e seriedade do Presidente da Junta de Freguesia de S. Brás de Alportel ou de qualquer outra Junta. A declaração apenas quis demonstrar a inconsistência de opinião do Presidente da mesa e nada mais. -----

-----Não tendo havido mais intervenções passou-se à votação da moção tendo a mesma sido aprovada por maioria com onze votos a favor e três contra. -----

-----Ivo Tomé apresentou a declaração de voto que a seguir se transcreve: -----

-----“No poder local nunca se fará reformas se tivermos que agradar a opinião de todos, sempre assim tem acontecido e por isso está imóvel há décadas, se não séculos, talvez mesmo séculos. -----

A desertificação do interior não é um argumento, a proposta apresentada pelo PSD prevê uma discriminação positiva das freguesias no interior e tanto mais que lhes dá uma escala para que possam ter serviços, esses sim que são essenciais para as pessoas. -----

Esta proposta do PSD prevê também mecanismos de diálogo e timings para decisão do próprio poder local não estando numa lógica de não querer ouvir ninguém. Queremos integrar as opiniões de todos. É estranho, em S. Brás haver esta votação. S. Brás, inclusive é dada, e foi dada na televisão local como exemplo a seguir de uma freguesia de habitação dispersa, que tendo apenas uma freguesia tinha índices de satisfação da população consideráveis. -----

Com isto os eleitos do PSD não a entendem e votaram contra a moção apresentada.” -----

-----Passou-se ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos:” **INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO**”, período durante o qual ninguém usou da palavra. -----

-----Passou-se ao ponto seguinte: **“APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL”**. -----

-----Usando da palavra o Presidente da Câmara fez uma breve explanação da atividade mais relevante que ocorreu no período subsequente à última sessão, a qual dispensa a sua transcrição por ficar apenas a esta ata. -----

-----Usando da palavra Ivo Tomé felicitou a organização da prova de BTT que ocorreu no fim de semana, elogiando o sítio onde a mesma se realizou, por sem um local emblemático para alguns membros da Assembleia Municipal que ajudaram a organizar as primeiras provas do género naquele local. -----

-----Em relação ao projeto “Mostra-te” disse que tomou conhecimento, através da informação da Câmara, da composição da comissão organizadora, pelo que sugeria, caso fosse possível, incluir na mesma, pessoas ligadas aos partidos com assento na Assembleia Municipal, uma vez que o PS já se encontra representado. -----

importante, disse ser de incentivar. Solicitou que lhe fossem prestados mais esclarecimentos uma vez que o mesmo tem o apoio da Câmara e um elemento do executivo incorpora a comissão organizadora.-----

-----Atendendo a que não tem nada a acrescentar sobre este assunto solicitou a colaboração dos vereadores presentes para se pronunciarem e prestarem esclarecimentos sobre este projeto.-----

-----Usando da palavra a Vereadora Marlene Guerreiro referiu que este projeto não é uma iniciativa do município, nasceu de um grupo de jovens independentes que querem criar uma iniciativa sua onde pretendem “mostrar” as suas competências, conhecimentos e talentos. A sua participação na ainda não criada comissão organizadora tem a ver apenas com o fato de ter sido contactada por esses jovens e presta-lhe apenas o apoio possível. Posteriormente será apresentado um trabalho final para que a Câmara possa apoiar.-----

-----Não tendo havido quaisquer intervenções por parte dos restantes elementos, o Presidente da mesa deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que foi aprovada em minuta, pelo seu conteúdo ter ficado gravado em cassete, acta essa que vai ser assinada pela mesa e por mim _____
primeiro secretário que a subscrevi.-----